

O PDU e o trabalho comunitário

Antonio Luiz Zanotelli

O Plano Diretor Urbano de Vila Velha, antes de sua aprovação, Lei Municipal nº 2621, foi objeto de longos estudos no Conduma (Órgão de assessoramento composto de representantes do Instituto Jones Santos Neves, Instituto Arquitetos do Brasil, Cesan, Conselho Comunitário, empresários da construção civil de Vila Velha e Sindicato Construção Civil (Sindicon). Foram exaustivas reuniões e discussões dos mais variados pontos de vista e opiniões para se chegar a um aconselhamento do que deveria ser o ideal para o município. A Câmara Municipal, após re-discutir todos os pontos, e após algumas modificações no projeto original, votou e aprovou a Lei em 28/11/1990.

Alguns projetos de edifícios na

orla marítima foram aprovados antes do novo PDU, e muitos questionam sobre a validade ou a caducidade de alguns desses projetos que só foram iniciados após seis meses da vigência da Lei nº 2621. O que se discute, ainda, é que alguns projetos, como o Edifício Amazônia, Edifício Clermont Ferrand e outros, é a irregularidade na aprovação desses projetos que não respeitaram a Lei nº 1674/77, vigente até então, e até a execução da obra que sequer respeitou o projeto aprovado, num flagrante desrespeito ao Executivo municipal e à população.

É um absurdo que alguns aventureiros, travestidos de empresários sérios, teimam em não cumprir as leis municipais para ganhar mais dinheiro em prejuízo da qualidade de vida dos moradores. Matéria paga, publicada há alguns dias, critica o apoio dado ao prefeito por algumas senhoras da sociedade, pessoas

ilibadas e de respeito que chama de "cajazeiras"... Que alardeia prejuízos milionários em seus tapetes persas... Evidentemente o autor não passou pelos dissabores de morar ao lado de uma obra dessas (Edifício Amazônia) e de ter sua privacidade invadida, de ter telhado de sua casa quebrado e a parede da sala rachada, a rede de esgotos entupida por concreto e os seus móveis e tapetes estragados, de não poder circular pelo terreno, há 32 anos de sua propriedade, temendo que pedaços de pau e concreto caíam em sua cabeça por falta de proteção adequada, prevista nas posturas municipais.

Fala, ainda, a matéria, do trabalho exercido por uns poucos abnegados que dedicam várias horas de seu lazer, além de outros subtraídos de seus horários de trabalho, com evidente prejuízo pessoal, em salas de espera de gabinetes de autoridades, em discussões, reivindi-

cações e até fiscalizando obras. Recebem essas pessoas inúmeras e longas ligações telefônicas, em suas residências, para ouvir de moradores muitas perguntas e tentar explicar por que determinada autoridade não faz isso ou aquilo? Por que a Justiça é tão lenta e não resolve? Esse trabalho feito com amor e desprendimento, sem objetivar reciprocidade, chama-se fraternidade. Pessoas que só trabalham visando ganhar muito dinheiro, em prejuízo dos cidadãos, não conseguem compreender, porque não alcançam o que é um trabalho em prol da comunidade. Trabalho para eles, só em troca de muito dinheiro. A população de Vila Velha, em especial os moradores da Praia da Costa, exigem o cumprimento das leis municipais.

Antonio Luiz Zanotelli
é comerciante

ZANOTELLI, Antonio Luiz. O PDU e o Trabalho Comunitário.
A Gazeta, Vitória 11 ago. 94 1 cad. p. 5 C. 3, 4, 5 e 6.